

# boletim médico

INFORMATIVO DO SINDICATO DOS MÉDICOS DO PIAUÍ

ANO VIII • Nº 35 • TERESINA (PI), MARÇO DE 2016

 **SIMEPI**  
Sindicato dos Médicos  
Estado do Piauí



## **SIMEPI REALIZA FÓRUM DE CONTRATUALIZAÇÃO ENTRE MÉDICOS E PLANOS DE SAÚDE - PÁGINA 4**

Impresso Especial  
9912182037 - DJR/PI  
Sindicato dos Médicos do  
Estado do Piauí  
CORREIOS

**Sindicato garante com o prefeito Firmino Filho  
o cumprimento da carreira - PÁGINA 3**

**Governador Wellington Dias efetiva promoção  
e progressão dos médicos - PÁGINA 3**

## **CONFIRA AS LUTAS E VITÓRIAS DO SIMEPI**

**PÁGINAS 6 e 7**



## Editorial

## SIMEPI: vitórias e desafios

O sindicato dos médicos do Piauí, mais uma vez, vem escrevendo seu nome na história da medicina. Nunca os médicos foram tão enxovalhados como recentemente. Uma campanha de difamação do médico ao longo dos últimos anos foi orquestrada pelo governo federal com intuito exclusivamente eleitoral. Fomos escolhidos como bode expiatório de todas as falhas do governo em relação ao caos na saúde pública. Mas é exatamente neste momento de crise em que mais conseguimos nos fortalecer e mostrar o nosso valor. Fomos às ruas e nos mantivemos unidos. Mais do que nunca o médico desempenhou o seu trabalho com zelo, mesmo sem as condições necessárias para fazê-lo. O SIMEPI não se calou e juntamente com a categoria se manteve na resistência dos ataques e conseguimos vencer várias batalhas. Em relação aos planos de saúde, conseguimos avançar com a lei de contratualização e, além de dar mais garantias e segurança aos médicos que trabalham com as operadoras de plano de saúde, conseguimos negociar implantação da CBHPM atualizada e sem deflatores de forma progressiva. Além disso, os médicos não precisam mais ter seu serviço atravessado pela clínica ou hospital e podem contratar diretamente com a operadora, evitando assim a dupla taxação de impostos e tendo mais segurança em relação ao recebimento de seus honorários. Foram realizadas diversas reuniões ao longo de 2014 e 2015 e um fórum com a presença de lideranças sindicais de todo o Brasil e diretoria da Federação Nacional dos Médicos (FENAM) com intuito de dirimir as dúvidas dos colegas sobre este processo. Também realizamos uma paralisação histórica de mais de 100 dias contra os planos de saúde do grupo UNIDAS, mostrando que os médicos não estão mais dispostos a serem explorados pelos planos de saúde. Em relação ao SUS, conseguimos a valorização da carreira médica na prefeitura e no Estado, garantindo maior dignidade ao trabalhador médico inclusive em relação ao momento da aposentadoria. Conseguimos também desvincular os médicos que têm dois vínculos com o Estado e vinha tendo seus salários cortados do teto salarial do governador,



Samuel Robson Moreira Rêgo  
Vice-presidente do SIMEPI

permitindo assim que eles percebam integralmente seus vencimentos. Mais recentemente tivemos vários embates tanto com a prefeitura como com o estado pelo descumprimento da promoção e progressão da carreira, mas com muita luta e esforço foi conseguido um acordo que garante a realização desta até o primeiro quadrimestre de 2016. Ainda em relação à prefeitura, foi realizada paralisação de advertência também pela redução da insalubridade de 20% para 10% para todos que estavam ingressando como servidor médico municipal. Após mesa de negociação com o prefeito Firmino Filho conseguimos que ele revisse esta medida e a insalubridade passou a ser paga no valor de 20% para todos os médicos. Em relação à administração indireta, conseguimos barrar contrato de OSs com a administração pública em Teresina, através de ação judicial, e em várias cidades do interior como Floriano, Parnaíba, Oeiras, etc., através de denúncia realizada pelo SIMEPI ao TCE. Este fato torna-se especialmente importante em um contexto no qual vêm sendo denunciadas constantemente OSs que administram hospitais públicos Brasil a fora por desvio de verbas da saúde pública e corrupção. Muitas outras são as lutas que o SIMEPI vem desempenhando e a duras penas conseguindo resistir aos vários ataques que tentam retirar a dignidade do médico. Muito mais são os desafios que vêm pela frente. Mas se permanecermos unidos, certamente iremos evitar que esfaquem nossa profissão.

## A exigência do "comum acordo" entre as partes para a instauração de Dissídio Coletivo de natureza econômica

A Emenda Constitucional nº 45, de 08 de dezembro de 2004, também chamada de Reforma do Poder Judiciário, alterou diversos aspectos da competência da Justiça do Trabalho, mas trouxe também pontos controversos, dentre eles, o § 2º do artigo 114 da Constituição Federal, que foi alterado substancialmente, passando a exigir uma nova situação para o ajuizamento do Dissídio Coletivo de natureza econômica: o "comum acordo" entre as partes envolvidas. Assim, essa nova exigência constitucional não apenas criou uma condição para a ação ou um pressuposto processual, mas inverteu a titularidade do direito de ação, haja vista que o poder de acionar a jurisdição passa das mãos do autor para as do réu, equivalendo à negação do direito de ação e submissão do seu direito à opção do réu. Nesse sentido, imperioso destacar que o consenso entre suscitante (autor) e suscitado (réu) é pouco provável, principalmente quando a via negocial restou frustrada. Insta salientar que a própria expressão "dissídio" é incompatível com "comum acordo", pois onde há conflito de interesses não há avença. Não é compreensível a ideia de um processo no qual o autor, para mover ação contra o réu, dependa da concordância deste. É razoável considerar que ninguém autorizará outrem a processá-lo. A doutrina é unânime ao reconhecer que o problema do acesso à Jurisdição não é apenas técnico-jurídico, em razão da complexidade das relações coletivas de trabalho. Tal problema é muito mais amplo e envolve relações de ordem sociopolítica. Uma interpretação apenas técnica deste fenômeno jurídico distancia o operador dos fatos. A imposição do mútuo consentimento para ajuizamento do dissídio coletivo viola frontalmente o princípio da inafastabilidade ou indeclinabilidade (artigo 5º, inciso XXXV da CF/1988), segundo o qual a todos é possibilitado o acesso ao Judiciário em busca da solução de suas situações litigiosas e conflitos de interesses em geral e, consequentemente, o art. 60, § 4º, inciso IV da Carta Magna, o qual impede alterações constitucionais que visem a abolir direitos e garantias fundamentais, como o livre acesso à solução judicial. Ademais, o princípio da proibição atua de modo a impedir a atuação legislativa quando esta implica em retrocesso social, excluindo, inibindo e reduzindo a eficácia de normas garantidoras de direitos sociais ou protetivas dos trabalhadores, como no caso da obrigatoriedade do "comum acordo" Magna.



Pablo Forlan Nogueira  
Assessor Jurídico do SIMEPI

A exigência da concordância da parte adversa resulta em uma fragilização das categorias profissionais, que deverão optar pelo movimento grevista, única via possível para conquista de suas reivindicações, o que não é do interesse social e econômico do país. Não é esse o ideal jurídico da paz social, pois o preâmbulo da Constituição Federal homenageia o sistema civilizado das soluções pacíficas das controvérsias. Diante da dificuldade na instauração do dissídio por mútuo consentimento, deveriam os Tribunais aceitar os dissídios suscitados unilateralmente pelos sindicatos, privilegiando o acesso ao Judiciário e protegendo os interesses dos trabalhadores, principalmente ao verificar que a categoria econômica sequer demonstrou boa vontade quanto a estabelecer negociações. Exemplo disso é o Dissídio Coletivo de natureza econômica nº 208-59.2014.5.22.0000, instaurado pelo SIMEPI contra a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), que administra o Hospital Universitário de Teresina, proposto com ausência do "comum acordo", tendo a Ilustre Corte do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região admitido o dissídio, julgando-o procedente em parte, deferindo determinadas cláusulas, sendo o único no Brasil a conseguir o julgamento favorável à implantação do Piso Nacional FENAM. Contudo, apesar do entendimento vanguardista do TRT da 22ª Região, superando a ausência da maldada exigência do "comum acordo", o Tribunal Superior do Trabalho (TST) tem jurisprudência consolidada no sentido de extinguir, sem resolução do mérito, o Dissídio Coletivo de natureza econômica interposto com ausência do comum acordo. Nesse contexto, aguarda-se, todavia, a manifestação do Supremo Tribunal Federal no sentido de declarar a inconstitucionalidade da expressão "comum acordo" contida no § 2º do art. 114 da Carta Magna.

## DIRETORIA DO SIMEPI TRIÊNIO 2013/2016

## PRESIDENTE

LÚCIA MARIA DE SOUSA AGUIAR DOS SANTOS

SECRETÁRIO GERA - LEONARDO EULÁLIO DE ARAÚJO LIMA

TESOUREIRO-GERAL - RENATO SOARES LEAL

CONSELHO FISCAL - WILTON MENDES DA SILVA

## VICE-PRESIDENTE

SAMUEL ROBSON MOREIRA RÊGO

SUPLENTE - JULIETA FORTES LAGES CAVALCANTE

SUPLENTE - ARQUIMEDES CAVALCANTE CARDOSO

SUPLENTE - SALUSTIANO JOSÉ ALVES DE MOURA JÚNIOR

DELEGADO JUNTO À FENAM - JOLBERTO GONÇALVES DE CARVALHO

DELEGADO JUNTO À FENAM - CAETANO CORTEZ RUFINO FILHO

## expediente:

JORNALISTA RESPONSÁVEL:  
Islandia Rocha DRT - 1554 - PIREVISÃO:  
Djanes Lemos

Tiragem: 4 200





# SIMEPI garante cumprimento da carreira médica com Prefeito Firmino Filho

## Após paralisação, a progressão, promoção e insalubridade voltam a ser pagas como prevê a Lei da Carreira Médica

No Sindicato dos Médicos do Estado do Piauí, em assembleia extraordinária realizada na noite do dia 11/02 do corrente ano, a categoria médica aprovou a proposta enviada pela Prefeitura de Teresina.

No documento, o prefeito Firmino Filho se compromete a pagar a insalubridade a partir de 01/02/2016 de acordo com os índices negociados anteriormente na Lei da Carreira Médica, que era de 20% e que havia sido reduzido para 10%.

No mês de março serão efetivados todos os processos de concessão de promoção e, os de progressão, a partir de 01/04/2016. Sobre o aumento salarial, será realizado estudo para que seja concedido um aumento linear em cima do vencimento. A Prefeitura comunicou que divulgará a forma como se dará o procedimento para a efetivação da promoção e progressão.

A categoria médica normalizou os atendimentos desde o dia 03/02, ficando



Assembleia Geral

desta forma cancelada a paralisação aprovada em assembleia, que seria de 16 a 23 de fevereiro.



ESTADO DO PIAUÍ  
Prefeitura Municipal de Teresina  
GABINETE DO PREFEITO

Ofício nº 026/2016

Teresina (PI), 4 de Fevereiro de 2016.

Senhora Presidente,

Ante o tempo em que cumprimentos Vossa Senhoria, venho, por meio deste expediente, informar que, mediante cessar as dificuldades econômico-financeiras vivenciadas pelo nosso País, e em especial pelo Município – que vem sofrendo constantemente com quedas no repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM –, acata o pedido formulado pelo SIMEPI, referente aos índices de pagamento da insalubridade, a partir de 01/02/2016.

Comissão, atida, que no mês de março, do corrente ano, serão efetivados todos os processos de concessão de promoção e, os de progressão, a partir de 01/04/2016.

Insta ressaltar que uma das prioridades dessa Administração sempre foi a valorização de seus servidores, e, nesse caso, dos médicos, que, inclusive, já se beneficiaram de uma ampla consulta em sua carreira profissional, em especial, por meio da Lei Complementar Municipal nº 4.436, de 23/08/2011.

Finalmente, informo que a Prefeitura de Teresina continuará realizando estudos, referentes ao aumento linear a ser concedido a todos os servidores deste Município, na possibilidade do orçamento municipal.

Apresento o presente para apresentar meus sinceros votos de estima e consideração:

*Firmino da Silveira Soares Filho*  
FIRMINO DA SILVEIRA SOARES FILHO  
Prefeito de Teresina



Médicos em assembleia



Reunião com o prefeito Firmino Filho



Médicos da Prefeitura de Teresina fizeram paralisação de 27/01 a 02/02.

## Avanços Estado

### Dr. (a), confira como ficou o acordo do SIMEPI com o Estado

#### 1 – Progressão da Carreira Médica

Implantar em duas etapas, sendo 50% a incidir no mês de dezembro de 2015 e os demais 50% no mês de março de 2016, contemplando todos os profissionais médicos.

#### 2 – Vencimento

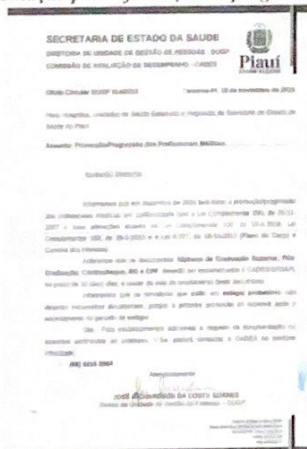
Que seja instituída uma comissão para que em janeiro de 2016 se inicie o diálogo com o Governo, de modo a implantar o equivalente a 50% da diferença entre o piso Fenam e o piso do salário médico do Estado, ao longo do triênio 2016/2018, respeitando a data-base de reajustes para cada mês de maio

#### 4 – Lei do Teto Redutor

Que o Sindicato apresente jurisprudência sobre do redutor em apenas um vínculo funciona, para que o Estado tenha fundamentação legal em relação a sua aplicabilidade

### Ofício enviado aos médicos solicitando

documentação para efetivação de progressão e promoção



## Progressão

### INFORME SIMEPI - PROGRESSÃO/PROMOÇÃO ESTADO

A SESAPI informou ao Sindicato dos Médicos que menos de 50% dos médicos que possuem vínculo com o Estado entregaram a documentação necessária para que a progressão/promoção seja realizada. O SIMEPI solicita aos médicos que procurem o setor de Recursos Humanos do seu local de trabalho e entreguem a documentação para que seja efetivada a progressão/promoção, como acordado entre o SIMEPI e a SESAPI. A não entrega dos documentos acarretará em atrasos na atualização da implantação.

Sindicato dos Médicos do Estado do Piauí - SIMEPI



A presidente do SIMEPI, Lúcia Santos, em reunião com os secretários estaduais de Saúde e Administração acertando os detalhes da efetivação da progressão/promoção.





## JUSTIÇA DO TRABALHO BARRA TERCEIRIZAÇÃO DO HOSPITAL JUSTINO LUZ, DE PICOS

Após denúncias feitas pelo SIMEPI ao Ministério Público do Trabalho, a Justiça do Trabalho determinou que seja rescindido o contrato com a Organização Social que iria realizar a terceirização do Hospital Justino Luz, de Picos, no prazo de 30 dias e em caso de descumprimento poderá ser aplicada multa de até 1.000.000,00 (um milhão de reais) ou até mesmo a prisão do secretário Estadual de Saúde.

### Dissídio Hospital Universitário

A presidente do SIMEPI, Lúcia Santos, o vice-presidente, Samuel Rêgo, e o diretor, Valrian Campos junto com os assessores jurídicos do SIMEPI, Isadora Santos, Pablo Forlan e Gilvan Andrade estiveram reunidos com os Ministros do Tribunal Superior do Trabalho, Maria Cristina Peduzzi e Ives Gandra, que fizeram parte do corpo que julgou o dissídio coletivo dos médicos do Hospital Universitário contra a EBSERH.

Os Ministros

negaram o dissídio por falta de comum acordo.



Ministra Maria Cristina Peduzzi



Ministro Ives Gandra

### Após denúncias do SIMEPI, TCE-PI determina auditoria em processo de terceirização em hospital de Picos

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí determinou, no dia 15/10, por unanimidade, a realização de uma auditoria no processo de habilitação da Organização Social - OS para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde do Hospital Regional Justino Luz, localizado em Picos. A medida cautelar, proferida pelo conselheiro Kennedy Barros, recomenda ao secretário estadual de Saúde, Francisco Costa, que se abstenha de seguir com o processo até que se tenha uma decisão do TCE a respeito. Determina, também, como medida preventiva, a suspensão liminar da atuação da organização nos hospitais de Oeiras e Floriano, até que a Corte de Contas se manifeste acerca do processo. «Notificamos o secretário para que ele exponha os motivos que levam o Estado a proceder dessa forma e verifique se todos os procedimentos estão sendo cumpridos de maneira legal, para que, posteriormente, o TCE possa se manifestar sobre a liminar», explicou o conselheiro relator. As medidas foram tomadas após a denúncia do SIMEPI sobre as irregularidades

no processo de privatização do hospital. A presidente do SIMEPI, Lúcia Santos, apontou a privatização como uma desestruturação da saúde por completo. “Não podemos deixar que isso aconteça. O que é público tem que ser administrado pelo público”, ressaltou. Já o vice-presidente do SIMEPI, Samuel Rêgo, pontuou as gravidades das denúncias feitas. “Temos que destacar que as denúncias foram feitas não por uma pessoa, não apenas por uma entidade, mas por vários segmentos da sociedade”, disse. Também contrário à privatização, o deputado estadual Marden Menezes foi bem enfático em seu posicionamento. “Sem o procedimento licitatório vai ficar difícil para os senhores e para a sociedade acompanhar a aplicação dos recursos públicos”, finalizou.

Com informações do TCE



Conselheiro Kennedy Barros

## Assinatura Contratos Planos de Saúde

Devido à Lei de Contratualização que diz que o prazo para as operadoras de planos de saúde assinarem os contratos com os prestadores de serviços termina no dia 23/12/2015, os planos de saúde estão enviando contratos leoninos que vão prejudicar os médicos.

O SIMEPI informa para não assinarem esses contratos. O modelo de contrato aprovado em assembleia e que corrige todas as distorções sofridas pelos médicos durante todo esse tempo está disponível do site do SIMEPI: [www.simepi.org.br](http://www.simepi.org.br).

**OBS:** Favor enviar ao Sindicato cópia dos contratos que os planos estão enviando.

## Médicos não precisam constituir pessoa jurídica para ter vínculo com planos de saúde

Dr. (a),

Se não for o seu desejo constituir pessoa jurídica (PJ), o plano de saúde não pode obrigá-lo.

Se for essa a sua situação, denuncie ao SIMEPI.



## SIMEPI realiza Fórum de Contratualização entre médicos e planos de saúde

O Sindicato dos Médicos do Piauí realizou, no dia 26/11/2015 o "Fórum de Contratualização entre Médicos e Planos de Saúde", com objetivo de levar ao conhecimento da categoria médica os avanços e dificuldades diante da Lei 13.003/2014 que regulamenta o vínculo entre operadoras de planos de saúde e prestadores de serviços.

A presidente do SIMEPI, Lúcia Santos, relatou como foi o início da luta no Piauí e suas dificuldades. "Esse é um assunto de extrema relevância para a categoria médica. O SIMEPI começou a tratar sobre a Lei em agosto de 2014, que veio ajudar a regulamentar e acabar com a precarização", pontuou.

O secretário de Saúde Suplementar da FENAM, Márcio Bichara, discorreu sobre o tema "Por que o médico deve saber o que é contratualização?" e fez um alerta para que estejam atentos ao assinar os contratos com as operadoras. "É importante a divulgação para que os médicos não assinem contratos abusivos", reforçou Bichara.

Os presidentes dos Sindicatos dos Médicos do Distrito Federal e Rio de Janeiro fizeram um relato das experiências no enfrentamento com os planos e a importância da temática. "Essa discussão é necessária para que o colega que não está envolvido nas

lutas sindicais entenda e busque junto ao seu sindicato avançar mais", disse Marcos Gutemberg, presidente do Sindicato do DF.

A juíza do Trabalho Thânia Ferro, destacou alguns pontos importantes na visão jurídica sobre o assunto. "Vocês têm sido bem maltratados. Essa relação com os planos é bem complexa, mas uma grande saída é o fortalecimento da categoria e a Lei 13.003 é um avanço muito grande", disse.

Já a procuradora do Trabalho Maria Elena Rêgo falou da caracterização da relação de trabalho e não de emprego entre os médicos e os planos de saúde. "Na minha convicção trata-se de uma relação de trabalho e não de consumo", finalizou.



Marcos Gutemberg, presidente do Sindicato do DF



Procuradora do Trabalho Maria Elena Rêgo



Secretário de Saúde Suplementar da FENAM Márcio Bichara



Juíza do Trabalho Thânia Ferro



Presidente do SIMEPI Lúcia Santos



Presidente do Sindicato do RJ e secretário de Comunicação da FENAM Jorge Darze

### Consulta FENAM é lançada em Fórum

"O Piauí é um Estado pioneiro e referência para os outros Sindicatos do Brasil sobre a contratualização com os planos de saúde", com essa frase o presidente do Sindicato do Rio de Janeiro e Secretário de Comunicação da FENAM, Jorge Darze, iniciou a palestra e

apresentou o "Modelo de Contrato Criado pela FENAM para auxiliar o médico". Darze também fez o lançamento da **Consulta FENAM R\$149,39**,

que trata do valor de referência que será utilizado a partir de agora para negociações com os planos.





### Lutas e Vitórias do SIMEPI



Em outubro de 2010, Dra. Lúcia Santos - assume a presidência do SIMEPI com mudanças na gestão com a instalação das diretorias regionais em municípios polos - São Raimundo Nonato, Floriano e Parnaíba.



Prefeitura sai na frente do Estado e reconhece o reajuste previsto na Carreira Médica, após 3 paralisações a prefeitura reconhece reajuste de 7% dado aos demais funcionários.



Implantação da carreira médica nos municípios. Picos sai na frente. A implantação da carreira médica em todos os municípios do nosso Estado se reverteria em benefícios para a população com a ampliação do quadro de profissionais na cidade, elevando a qualidade da prestação de serviços.



Médicos conseguem reajuste salarial - "com dignidade, perseverança e luta", foi assim que a presidente do SIMEPI, Lúcia Santos, resumo na conquista histórica ao garantir o reajuste salarial dos médicos vinculados à SESAPI

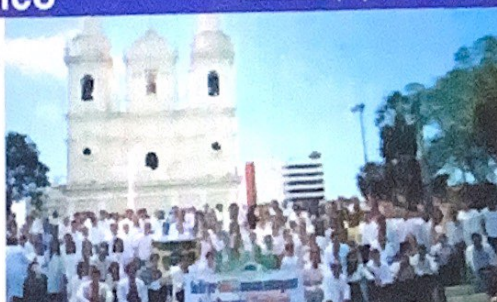


A presidente do SIMEPI, Lúcia Santos, assume o cargo de diretora de Formação e Relações Sindicais na nova diretoria da Federação Nacional dos Médicos para o biênio 2013/2014.



Movimento contra a privatização do Hospital Universitário





Médicos vão às ruas contra o 'Mais Médicos'. O SIMEPI reúne médicos e acadêmicos na manifestação contra a vinda de médicos estrangeiros para o Brasil sem a realização da prova do Revalida. Centenas de médicos seguram pela Avenida Frei Serafim até o Palácio de Karnak.



Médicos atendem a população de graça e protestam na capital. Os atendimentos foram realizados na praça João Luis Ferreira, como forma de protesto à medida provisória que instituiu o Mais Médicos e os vetos ao Ato Médico.



SIMEPI lança o projeto "Saúde Nossa Voz no Legislativo", com o objetivo de debater a participação política dos médicos nas eleições. A ideia foi levada para o restante do país pela FENAM.



Mais Vitória! Após a realização de dissídio coletivo no TRT do Piauí, SIMEPI vence a EBSERH e ganha piso salarial inédito no Brasil para médicos do Hospital Universitário.



SIMEPI realiza 8º Congresso Sobre a Situação do Médico e reúne grandes juristas.



Vence o bom senso e a democracia. UPA no Renascença foi aberta com concursados.



SIMEPI participa de reunião para traçar estratégias e conseguir o Piso FENAM para todos os médicos da EBSERH.



Lei da contratualização: SIMEPI fecha acordo com os planos de saúde após 123 dias de paralisação.



SIMEPI consegue mudança na Lei do Teto Remuneratório e efetivação da progressão dos médicos do Estado.



## SIMEPI participa de campanha contra a corrupção do MPF

*MPF reúne 1,5 milhão de assinaturas em apoio a projeto anticorrupção*



Na foto: Gilvan Andrade (assessor jurídico do SIMEPI), Lúcia Santos (presidente do SIMEPI), Tranvanvan Feitosa (procurador da República), Carlos Wagner (procurador da República), Samuel Rêgo (vice-presidente do SIMEPI) e Renato Leal (tesoureiro do SIMEPI)

A campanha de combate à corrupção proposta pelo Ministério Público Federal - MPF completou no dia 25/02 mais uma etapa.

O apoio veio em forma de assinaturas, milhares delas entregues em pacotes e caixas aos procuradores do Ministério Público Federal. Muitas entidades como o SIMEPI se mobilizaram para ajudar os procuradores. Já foram coletadas mais de 1,5 milhão de assinaturas.

O Sindicato dos Médicos participou da campanha atendendo ao convite do MPF enviando aos consultórios e aos municípios as fichas para serem coletadas as assinaturas.

Os procuradores querem entregar o abaixo-assinado e as propostas anticorrupção ao Congresso em abril. E continuam pedindo apoio da população porque a batalha lá não vai ser fácil, mas eles acreditam que pode ser vencida.

*Com informações do Jornal Nacional*

## Associação dos Diabéticos do Piauí completa quatro anos e homenageia Dr.<sup>a</sup> Lúcia Santos

A Associação dos Diabéticos do Piauí - ADIP, realizou, no dia 28 de novembro de 2015, reunião com seus associados. Na ocasião festejou o aniversário de 04 anos da entidade e homenageou amigos e apoiadores da causa.

A presidente do SIMEPI, Lúcia Santos, foi homenageada, pelo apoio e carinho manifestados ao trabalho da Associação.

A ADIP também prestou homenagem aos diabéticos: José Felipe Madeira Campos, 71 anos, portador de diabetes desde os 13 anos, reconhecendo como exemplo inspirador por viver com

saúde e disciplina por mais de 58 anos como portador de diabetes tipo 1. E o atleta Cicero Siríaco de Moura, 59 anos, que é corredor de rua, e já participou da Corrida de São Silvestre.

A Associação é comandada pela publicitária Jeane Melo que abraçou a causa por vivenciar a problemática da doença em casa. Seu filho é portador de diabetes.



O Sindicato dos Médicos do Estado do Piauí - SIMEPI está de portas abertas para receber você. Com a sua participação o Sindicato ganha força na luta em defesa da sua categoria. Preencha a sua ficha de inscrição na sede do SIMEPI, localizada na Rua Paissandu, nº 1665, Centro, de Segunda a Sexta, das 8 às 12 horas e de 14 às 18 horas.

ENTRE EM CONTATO PELOS TELEFONES:



## File-se ao SIMEPI



### Serviços oferecidos pelo SIMEPI

- Assessoria Jurídica
- Assessoria de Imprensa
- Convênio com a UNIMED - Plano de Saúde
- Descontos especiais nas empresas parceiras

(86) 3221-5624 / 999982-2784 / 99994-2879